



FeNEA

Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
Gestão 2024-2025

LUTAR PELO AGORA E CONSTRUIR O FUTURO

O avanço da precarização nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, públicas e privadas, têm imposto aos estudantes de Arquitetura e Urbanismo uma realidade cada vez mais marcada pela desvalorização da formação crítica, mercantilização do ensino e negligência com as condições básicas de permanência estudantil. Frente a esse cenário, estudantes de diversas regiões do país se reuniram dia 07 de Junho de 2025 remotamente para o 1º Conselho Nacional de Entidades de Arquitetura e Urbanismo (CoNEA) do ano, promovido pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA), a fim de construir-se uma resposta coletiva, combativa e propositiva.

Com o tema “*Lutar pelo agora e construir o futuro*”, este encontro foi um espaço de escuta, partilha e mobilização, no qual compreendemos que os ataques à educação não são isolados, mas fazem parte de um projeto político de desmonte que atravessa o orçamento das universidades, o modelo de ensino-aprendizagem, a qualidade dos estágios, a estrutura democrática das instituições, e o próprio sonho de construir um sistema de educação popular e de qualidade, que dialoga com as comunidades e transforma a realidade brasileira. Diante disso, reafirmamos nosso compromisso com a construção de um ensino público, gratuito, popular, democrático e de qualidade.

Esta carta é fruto dos debates realizados no CoNEA, uma perspectiva sobre a educação em Arquitetura e Urbanismo, e busca consolidar diretrizes que fortaleçam o movimento estudantil de Arquitetura e Urbanismo na defesa dos nossos direitos e da formação que queremos. A metodologia e o conteúdo aqui apresentados foram deliberados coletivamente, apontando caminhos para construir, em unidade, as transformações urgentes que o presente exige e o futuro demanda.

1. Acesso e Permanência

A universidade brasileira, historicamente elitista, branca e cis normativa, tem sido tensionada, nas últimas décadas, pela luta dos movimentos negros, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, periféricos e de trabalhadores, que protagonizam a disputa por uma universidade pública, popular, democrática e socialmente referenciada.

Ainda que políticas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas, tenham promovido avanços importantes na democratização do acesso, seguimos muito distantes de uma universidade verdadeiramente plural. Dados do II Censo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) revelam que apenas 22% dos arquitetos e urbanistas se autodeclararam negros, o que evidencia o racismo estrutural presente no mercado de trabalho, como, também, nas IES. Está claro que as políticas atuais, sem serem acompanhadas de investimentos robustos em permanência, não são capazes de romper as barreiras ainda impostas a estudantes marginalizados.



FENEABR

Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
Gestão 2024-2025

O enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero precisa estar no centro das políticas universitárias. O racismo institucional se manifesta não apenas nas taxas de evasão, como também na invisibilidade dos saberes negros, indígenas e periféricos, sistematicamente excluídos das grades curriculares, das bancas acadêmicas e dos espaços de produção científica. É nesse contexto que a Rede Negra de Planejamento Urbano e Regional, denúncia, em seu manifesto no XXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR 2025), o epistemicídio em curso, que marginaliza os conhecimentos e as epistemologias que não se alinham à lógica eurocêntrica, colonial e cis heteronormativa que ainda estrutura as universidades.

Ao mesmo tempo, vivemos um cenário de aprofundamento do sucateamento das universidades públicas, outro limitador de permanência. O recente Decreto nº12.448/2025 impôs um cronograma de execução orçamentária que, na prática, paralisa as instituições federais e compromete diretamente o funcionamento dos restaurantes universitários; moradias estudantis; bolsas de iniciação científica, extensão, apoio técnico e permanência estudantil; transporte universitário; laboratórios; bibliotecas; e a própria manutenção básica das universidades.

Esta precarização não é acidental, é projeto político. Asfixiar as universidades públicas abre caminho para a expansão desenfreada do ensino superior privado, precarizado e mercantilizado. Faculdades que operam como verdadeiras fábricas de diplomas, com professores mal remunerados, infraestrutura deficitária e metodologias de ensino “fast-food”, voltadas apenas à lógica do lucro, e não à formação crítica, científica e socialmente comprometida.

O que está em jogo, portanto, não é apenas o orçamento das universidades, mas o próprio modelo de sociedade que se deseja construir. Estamos disputando um projeto de país que afirma a educação pública, gratuita, de qualidade, antirracista e inclusiva como um direito inegociável e como pilar de um desenvolvimento soberano e popular.

É nesse contexto que se torna urgente a articulação de movimentos estudantis, coletivos, sindicatos e organizações sociais em defesa de uma agenda que coloque no centro a democratização plena da universidade. Isso significa não apenas barrar os cortes e retrocessos, mas também avançar na ampliação de políticas de assistência estudantil, com moradia digna, alimentação, transporte, saúde mental, bolsas de estudo, banda larga, acesso a equipamentos e na adoção de cotas específicas para pessoas trans, travestis, não-binárias, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, refugiadas, mães solo e pessoas com deficiência, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Defender a universidade pública é combater o epistemicídio e reivindicar a centralidade dos saberes, das vivências e das (re)existências historicamente marginalizadas. É também exigida a revogação do Decreto nº12.448/2025 e a retirada da educação dos limites impostos pelo Arcabouço Fiscal, que submete as políticas sociais à lógica perversa da austeridade neoliberal. Mais do que isso, é



FENEABR

Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
Gestão 2024-2025

defender uma reforma tributária que taxe os super-ricos e financie com justiça social a educação, a saúde e as políticas públicas.

A permanência na universidade é, antes de tudo, uma luta profundamente racializada, de gênero e de classe. A cada corte, a cada edital restritivo, a cada portaria que revoga direitos, a universidade reafirma quem ela permite permanecer e, principalmente, quem ela continua excluindo. A cada estudante negro, indígena, trans, quilombola ou periférico que desiste de seu curso por não ter condições materiais de permanecer, revela-se o fracasso de um projeto de universidade que insiste em se alinhar às estruturas de opressão da sociedade brasileira. **Por isso, reafirmamos que a permanência é um ato político, ou lutamos, ou perdemos. Acesso sem permanência é democracia pela metade.**

2. Qualidade da Formação, Currículo e Ensino Crítico

Lutar por uma universidade plural também reflete a luta por um curso democrático e coerente com as vivências atuais. Assim, a priori, entendemos que a arquitetura, enquanto campo de conhecimento que articula técnica, estética e política com impactos diretos na vida das pessoas, exige intransigentemente a formação 100% presencial. Exige necessariamente a experiência dos ateliês presenciais, o compartilhamento coletivo do espaço de projeto, a ligação interdisciplinar com diferentes áreas do conhecimento e o contato direto com materiais e tecnologias construtivas em canteiro.

Embora reconheçamos o papel complementar das tecnologias digitais como ferramentas auxiliares, rejeitamos veementemente qualquer tentativa de transferência do núcleo formativo para plataformas remotas. O Decreto nº 12.456/2025, que estabelece o novo Marco Regulatório da Educação à Distância (EaD), representa grave ameaça à qualidade da formação quando aplicado à nossa área, conforme alertou a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) sobre os riscos de "precarização da oferta educacional".

Esta defesa não é um mero conservadorismo pedagógico, mas sim a garantia de que nossos futuros profissionais estarão aptos a responder aos complexos desafios do habitat humano com excelência técnica e responsabilidade social que a sociedade brasileira merece. O discurso que o EaD surge enquanto ferramenta de ampliação do acesso ao ensino superior, oculta sua essência fundamental que acaba servindo de pretexto para romper gastos com contratação de professores e manutenção de infraestruturas, e o mais agravante, é a monopolização da educação brasileira em torno das instituições privadas.

É a partir desse contexto, também, que expressamos nossas críticas às estruturas curriculares dos cursos que permanecem reféns de uma visão eurocêntrica, ignorando os saberes locais e as necessidades territoriais. A formação crítica que defendemos deve necessariamente incorporar três dimensões fundamentais: a decolonialidade, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Isso implica na inclusão obrigatória de disciplinas sobre arquitetura popular e urbanismo social, na



valorização da história da arquitetura afro-latino-americana, e na formação docente comprometida com essas perspectivas.

Para superar, a extensão universitária emerge como espaço privilegiado para experienciar e superar a dicotomia entre teoria e prática. Experiências como os EMAUs (Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo) e projetos de ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social) demonstram como a universidade pode se conectar com as demandas populares. Ainda que, segundo o CAU/BR, a implementação da Lei da ATHIS (11.888/2008) ainda seja incipiente, concentrando-se em poucos municípios brasileiros. Isso fica evidente quando sabemos que, de acordo com o Datafolha, 82% das moradias no Brasil ainda são construídas sem acompanhamento técnico.

A respeito da curricularização da extensão, que se apresenta enquanto uma ferramenta que possibilita a qualificação da formação, atendendo a demanda de enfrentar as barreiras e quebrar os muros que circundam e afastam o meio acadêmico das reais demandas da sociedade. Diante desse contexto, a extensão universitária deve ser pautada enquanto um compromisso social que a universidade tem com a sociedade, nunca um mecanismo que seja substituto da formulação de políticas públicas, principalmente a contexto de maior vulnerabilização social, mas sim uma ponte que esteja aliado a princípios éticos, articulando-se a prática, teoria, e saberes populares e ancestrais. E deve-se ressaltar que as atividades extensionistas não devem ser retratadas nos critérios de eficiência e produtividade, vidrados sob as demandas de competitividade com metas quantitativas centradas hierarquicamente por ranking de pontuações de produções científicas, que geram precarização e desgaste no trabalho de docentes e na formação de discentes. Ainda sim, vale abrir um debate acerca do enquadramento da carga horária imposta para as atividades de extensão, que na sua prática, os projetos e programas de extensão tenderá à continuar tendo o aspecto de menor relevância, sofrendo com baixo orçamento, sem recursos para bolsas a despeito da carga horária destinada nos currículos.

Esse cenário exige: alocação de recursos específicos para extensão nas universidades, a valorização dos EMAUs e escritórios populares que atuem associadamente a movimentos sociais, e pressão por editais públicos que vinculem ensino, pesquisa e políticas habitacionais. Nesse sentido, o Projeto de Orientação de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA) se configura como ferramenta estratégica nesse processo, permitindo a organização estudantil autônoma e a construção coletiva de alternativas pedagógicas.

A transformação que defendemos não se limita às salas de aula. Pois, exige articulação permanente com os movimentos sociais, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e as entidades profissionais, na construção de um projeto de arquitetura e urbanismo verdadeiramente popular e democrático. A atual geração de estudantes têm o desafio histórico de resgatar o caráter social da profissão, combatendo tanto a precarização da formação quanto a mercantilização das cidades, exigindo a revogação da portaria de ensino a distância, se pondo firmemente combativo contra a desestruturação das infraestruturas das IES,



começando o debate público sobre as consequências do EAD no país, e assim, aumentando o movimento em defesa da condição de ensino e formação.

3. Estágios e Inserção Profissional

Fora do ambiente de ensino, na IES, no que tange à experiência formativa proporcionada pela prática do estágio obrigatório supervisionado, observamos uma expressiva precarização da formação profissional, com impactos diretos nas condições de inserção no mundo do trabalho. A atual Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008), embora traga diretrizes formativas, ainda que mínimas, têm sido sistematicamente deturpadas e instrumentalizadas como ferramenta de exploração da força de trabalho. Na prática, o estágio tem sido utilizado como fonte de mão de obra barata, frequentemente limitada à execução de demandas técnicas repetitivas, sem proporcionar aprendizagem real.

O que está posto, então, é uma lógica de substituição de profissionais por estagiários, promovendo um modelo de contratação precarizado e dissociado de qualquer compromisso pedagógico. Essa distorção perverte os objetivos da prática supervisionada, transformando o estágio em um espaço produtivista, voltado à realização de tarefas operacionais, desvinculadas do pensamento crítico e do aprofundamento técnico indispensável à formação plena dos futuros arquitetos e urbanistas.

O produto desse processo é um cenário que compromete a autonomia intelectual dos discentes e marginaliza os princípios que deveriam nortear sua formação. A inserção no mundo profissional, por sua vez, está profundamente marcada por desigualdades estruturais, o que reforça a necessidade de valorização de experiências alternativas e socialmente comprometidas de atuação profissional.

É nesse contexto que iniciativas de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), como os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) e os coletivos autônomos e assessorias técnicas populares, como o CHÃO Assessoria Técnica, Coletivo Escalar, Taramela e Quintau, se destacam como espaços legítimos de experimentação, resistência e produção de conhecimento a partir das demandas populares. Essas práticas tensionam a lógica mercantil da profissão e afirmam o direito à cidade como campo de atuação ética e política para arquitetos e urbanistas.

Nesse sentido, torna-se também necessário debater o papel das empresas juniores. Sem uma regulamentação clara, essas estruturas podem reproduzir relações de trabalho precarizadas, distantes de qualquer reflexão crítica. É imprescindível que sua atuação se oriente por princípios éticos e formativos, em sintonia com os objetivos de uma formação emancipadora.

Reivindicamos, portanto, um projeto de formação que valorize a atuação profissional comprometida com a transformação social. Um projeto que reconheça as assessorias técnicas como campo legítimo de trabalho, e que amplie as políticas públicas de fomento à ATHIS. Construir o futuro exige repensar as formas de



ingresso na profissão, não como simples adaptação ao mercado, mas como afirmação de um projeto de sociedade mais justo, inclusivo e democrático.

4. Democracia e Representação Estudantil

Antes de finalizar, também faz-se necessário pontuar sobre o movimento estudantil. Observamos uma grande crise provocada pelo avanço das políticas neoliberais, que não apenas atacam a universidade pública, como também tentam desmontar qualquer forma de organização coletiva, crítica e autônoma.

Historicamente, o movimento estudantil na América Latina, foi um ponto chave em diferentes momentos imprescindíveis na conjuntura política, pondo-se à frente na luta contra regimes opressores lado a lado com a classe trabalhadora de forma combativa entre as contradições do capitalismo. Contudo, temos novas condições materiais no contexto da educação brasileira que desencadeiam processos de transformação da realidade nas universidades, bem como, no movimento estudantil.

O desmonte das universidades, os cortes orçamentários e a precarização da permanência, destacadas acima, empurram os estudantes para um modelo individualizado, competitivo e despolitizado. Soma-se a isso estruturas institucionais excludentes que afastam deliberadamente os estudantes dos espaços de decisão. Conselhos universitários e colegiados muitas vezes se tornam mesas onde as vozes discentes são ignoradas ou reduzidas a um papel consultivo e simbólico, o que jamais devemos aceitar.

Essa exclusão não é apenas burocrática, mas política. Ao afastar os estudantes da gestão universitária e dos debates sobre seu próprio futuro, reforça-se uma universidade apática, desconectada dos territórios e das lutas sociais. E, com isso, tenta-se impedir que uma geração de futuros profissionais se reconheça como sujeitos políticos capazes de transformar a realidade.

Precisamos manter a FeNEA no centro das discussões políticas e acadêmicas das universidades. A Federação é o principal fórum de estudantes de arquitetura e urbanismo do Brasil e precisa ser construída diariamente a partir da base: CAs, DAs, EMAUs, Ligas Acadêmicas, Atléticas e Coletivos organizados para discutir pautas necessárias no ambiente acadêmico. Estes precisam estar abraçados pela FeNEA. Esses espaços não são a in peñas de gestão acadêmica, mas de formação política, mobilização, acolhimento e resistência.

Devemos dialogar e estar presente nas pautas locais, acolher os estudantes e convocá-los constantemente a compor as mobilizações, refletir sobre política, cidade, território e participar ativamente de espaços decisórios.

Defender a educação pública e os direitos sociais exige uma geração de estudantes que entenda que sua formação técnica também se relaciona com a ação militante. Quem projeta, calcula e desenha a cidade deve estar associada à luta pelos territórios, pelos povos e por uma sociedade justa e democrática, arquitetura e urbanismo são instrumentos de transformação social.



FeNEA

Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
Gestão 2024-2025

Dessa forma, devemos incentivar e fortalecer a participação nos espaços nacionais como a FeNEA e a UNE, esses são espaços de articulação, construção de unidade e formulação de projetos coletivos. Essa participação sendo a expressão da real força combativa do movimento estudantil frente ao peleguismo dos governistas que se instaura nos espaços de debate político, a fim de construir uma entidade que garanta a articulação nacional dos estudantes. É por isso que a FeNEA convoca todos os centros acadêmicos, diretórios estudantis, coletivos, movimentos sociais e organizações a ocuparem os espaços de decisão, pressionarem por políticas estruturantes e construírem, de forma coletiva, uma universidade que seja verdadeiramente democrática, inclusiva e popular.

O movimento estudantil vive na força da sua base.

Saudações à todos estudantes do país!

Viva a FeNEA que faz a gente se encontrar!

Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo - Gestão 2024/2025

Assinam esse documento as seguintes entidades:

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (FENEA)

CENTRO ACADÊMICO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFRN (CAAU) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO ACADÊMICO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO VALE DO ITAJAÍ (CAUVI) - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

CENTRO ACADÊMICO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CACAU) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CENTRO ACADÊMICO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CACAU) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO ACADÊMICO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAVNA) - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

CENTRO ACADÊMICO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CACAU) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

DIRETÓRIO ACADÊMICO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO SARAH DOMINGUES (DAFA) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL



FENEA

Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
Gestão 2024-2025

COLMEIA ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLÓGICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

CENTRO ACADÊMICO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAFAU) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CARRANCA ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO - INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS BARREIRAS

CENTRO ACADÊMICO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CACAU) - INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS BARREIRAS

CENTRO ACADÊMICO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAAU) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

CENTRO ACADÊMICO MARCUS VITRUVIUS POLLIO (CAV) - INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS SÃO PAULO

SECRETARIA ACADÊMICA DE ARQUITETURA E URBANISMO (SAAU) - INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO CAMPUS SÃO CARLOS

GRÊMIO DE ARQUITETURA E URBANISMO (GAU) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CENTRO ACADÊMICO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UEM (CAAU) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

LIGA ACADÊMICA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNICESUMAR (ARQLAB) - UNIVERSIDADE CESUMAR

CENTRO ACADÊMICO DA FACULDADE DE ARQUITETURA (CAFA) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

CENTRO REPRESENTATIVO INDEPENDENTE DE ARQUITETURA E URBANISMO (CRIAR) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE